

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
RICHELI PIRES DE HOLANDA**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AMBÉ: CONFLITOS TERRITORIAIS E  
PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO**

**MACAPÁ-AP  
Abril/2011**

**RICHELI PIRES DE HOLANDA**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AMBÉ: CONFLITOS TERRITORIAIS E  
PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito avaliativo final para obtenção do grau de Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Esp. Maria do Socorro Santos Oliveira.

**MACAPÁ-AP  
Abril/2011**

**RICHELI PIRES DE HOLANDA**

**A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO AMBÉ: CONFLITOS TERRITORIAIS E  
PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal do Amapá, como exigência  
parcial à obtenção do Grau de Bacharel e  
Licenciado Pleno em Ciências Sociais

Avaliado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Orientadora**

**Profª Esp. Maria do Socorro dos Santos Oliveira/UNIFAP**

---

**Avaliadora**

**Profª Msc. Rauliette Diana Lima e Silva/UNIFAP**

---

**Avaliador**

**Profº Msc. Luciano Magnus de Araújo/UNIFAP**

A minha mãe Maria Herlene Pires de Holanda pela bondade e dedicação, ao mestre de minha existência... Ao mestre na fé, meu pai, Pedro Gondim, que ainda vive em minha memória e a todos meus irmãos pela amizade e carinho constante.

**Richeli**



## **AGRADECIMENTOS**

A Deus que iluminou meu caminho, me dando força para superar todas as adversidades.

A Universidade Federal do Amapá por ter me disponibilizado materiais didáticos, técnicos e científicos para a pesquisa.

A professora Socorro Oliveira, pela disponibilidade, rigor analítico, empenho, paciência e principalmente pela oportunidade dada de participar de seu grupo de pesquisa, ocasião esta que me estimulou a escolha do tema.

Aos meus colegas de colegiado Jacinete, Renê e Rafaela que participaram comigo do grupo de pesquisa.

A todos da comunidade do Ambé, por me fornecer dados necessários á pesquisa, em especial ao líder da comunidade, o senhor Raimundo dos Prazeres Pereira.

Ao INCRA/AP por ter concedido transporte para visitas na comunidade.

Aos meus colegas Laércio Rodrigues e Patrícia Barbosa pelo apoio prestado neste trabalho.

A minha família, em especial a minha mãe pelo estímulo, amor, amizade e confiança depositados em mim durante todos esses anos.

*A luta dos escravos no Brasil não foi simplesmente um espocar incoseqüente de uma malta descontrolada que investia contra tudo e todos a fim de satisfazer baixos instintos. Tinham eles um objetivo, que era derrotar militarmente seus senhores, para isso estabelecia planos de ataque. Hoje, são territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam.*

Moura (1988).

## RESUMO

Este trabalho está focado, na relação dos conflitos territoriais decorrentes na comunidade do Ambé, localizada no município de Macapá-AP. Ambé é uma pequena comunidade negra que se encontra em fase de regularização fundiária. O estudo tem por objetivo colocar em evidência o processo de delimitação, demarcação e titulação referente às terras ocupadas pelo quilombo, destacando os conflitos territoriais, assim como as contradições presentes para a realização deste processo. Justifica-se, assim a área de estudo, em decorrência de se esclarecer as pendências a respeito da titulação das terras quilombolas, assim como os conflitos dentro dessa comunidade, surgido a partir da ausência de informações relevantes acerca dos processos de regularização fundiária, juntamente com a insatisfação desse povo devido a falta de argumentos por parte do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AP). Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram compostos por pesquisa documental em órgãos públicos e observação participativa na comunidade. Este trabalho apresenta os conflitos territoriais como abordagem conceitual, assim como conceito de quilombo, espaço, território e territorialidade. Evidenciado o aspecto histórico geográfico de ocupação da Amazônia, dando ênfase à evolução histórica do Amapá, demonstrando o processo pelo qual, passou o Amapá desde sua condição de colônia, para se adquirir status de Estado, destacando principalmente o processo de ocupação e moradia dos habitantes da comunidade negra do Ambé. Além de abordar alguns dos conflitos territoriais decorrentes do processo de demarcação daquelas terras.

**Palavras-chave:** conflito territorial, comunidade quilombola, território, espaço e territorialidade.



## ABSTRACT

The study of this work is focused on relationship conflict resulting in the territorial community of Ambé, located in Macapá-ap. Ambé is a small black community which is in phase land regularization. The study has objective to put in evidence the process delimitation, demarcation and titling related ace land occupied by the quilombo, highlighting territorial conflicts, as well as the contradictions present to realization this process. Justified, so the study area, due to clarify the disputes regarding title to the land maroons, as well as conflicts within this community, arisen from the absence of relevant information about the processes of land regularization, together with the dissatisfaction of people due to lack of arguments by part of the Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA-AP). Methodological procedures used in the study were composed of documentary research in organs public and participatory observation in community. This paper presents the conceptual approach of territorial conflicts, as well as quilombo concept, space, territory and territoriality. Showing historical aspect of geographical occupation of the Amazon, emphasizing the historical development of Amapá, demonstrating the process by which, Amapá passed since their status as a colony, to acquire status of state, particularly focusing on the process of occupation and housing for the inhabitants of the black community of Ambé, besides approach some territorial conflicts arising from the process demarcation of those land.

**Word-key:** territorial conflict; maroon community; territory, space and territoriality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>I- CONFLITOS TERRITORIAIS: ABORDAGEM CONCEITUAL</b> .....	16
1.1 Conflitos territoriais como campo de estudo.....	16
1.2 Conceito de quilombo.....	19
1.3 Como se organizavam os quilombos.....	23
1.4 Território e territorialidade.....	25
<b>II-ASPECTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO QUILOMBO</b> .....	31
2.1 Ocupação do espaço amazônico.....	31
2.2 Apropriação histórico e geográfico do estado do Amapá .....	33
2.3 Processo de surgimento do quilombo.....	37
2.4 Como surgiu a comunidade.....	39
2.5 Dados socioeconômicos e culturais da comunidade.....	41
<b>III-CONFLITOS TERRITORIAIS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE DO AMBÉ</b> .....	46
3.1 Conflito pela definição territorial do quilombo.....	46
3.2 Conflito pela demarcação do território quilombola.....	48
3.3 Falta de planejamento e fiscalização do quilombo do Ambé.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	52
<b>REFERENCIAS</b> .....	54
<b>ANEXOS</b> .....	57

## LISTA DE SIGLAS

<b>AMCEL</b>	Companhia Amapá Florestal Celulose S/A
<b>AMPREQUA</b>	Associação dos moradores e produtores remanescente de quilombo do Ambé
<b>AMAM</b>	Associação dos moradores do Ambé
<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
<b>CAESA</b>	Companhia de Água e Esgoto do Amapá.
<b>FCP</b>	Fundação Cultural Palmares
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
<b>MPF/AP</b>	Mistério público federal do Amapá
<b>OIT</b>	Organização internacional do trabalho
<b>PMM</b>	Prefeitura municipal de Macapá
<b>SEMA</b>	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>TFA</b>	Território Federal do Amapá

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Placa informativa de acesso ao ramal do quilombo Ambé.	38
Figura 2: Paisagem de uma área de campo.	41
Figura 3: Vila de casas	42
Figura 4: igreja de são roque ornamentada para o dia do seu festejo	44

## INTRODUÇÃO

Durante séculos é impossível não se perceber as relações e contradições de conflitos territoriais por novas formas de poder e dominação presentes na humanidade. Entendê-las talvez seja uma forma de exercitar a capacidade intelectual. Deste modo, o presente trabalho se dispôs a estudar o quilombo do Ambé, localizado no município de Macapá-AP. O acesso terrestre só é possível através da BR 156, aproximadamente 80 km. Observa-se no percurso a presença de grandes plantações de pinho, pertencentes à empresa Amapá Florestal e Celulose S.A – AMCEL.

A formação de quilombos no Estado do Amapá teve início na região da Guiana brasileira, onde escravos se refugiaram as margens do rio Anauerapucu. Esse ponto permitiu grande intercâmbio e comunicação com os negros do Brasil e da Guiana Francesa. Assim a colonização na Amazônia foi caracterizada pelo extrativismo e a servidão indígena, pois, esse processo não significou o estabelecimento de uma política colonial de povoamento na região, e sim a fixação de núcleos que objetivavam a conquista e não o povoamento territorial, assim era erguido fortins, fortes, fortalezas, aldeamentos, povoados e vilas em vários pontos do que seria o Amapá hoje.

Desde então os quilombolas vêm lutando pelo direito as suas terras, que são constantemente invadidas por grileiros, grandes empreendimentos do Capital etc. Sendo essas lutas decorrentes das disputas no campo material, que vem historicamente desenhando cenários de conflitos nos diferentes espaços sociais. Diante desse contexto, surge a problemática deste trabalho: quais são os conflitos territoriais presente internamente na comunidade do Ambé<sup>1</sup>?

O motivo de se estudar essa comunidade deve-se ao fato de a mesma reconhecer-se remanescente de quilombo e possuir documentação de certificação expedida pela Fundação Cultural dos Palmares, desde 2004. Entretanto, o Ambé ainda aguarda a demarcação de seu território. O processo de demarcação trouxe a tona uma série de problemas: conflitos internos e externos que eram latentes e que vieram à tona. Internamente os remanescentes se dividiram; de um lado os que

---

<sup>1</sup> AMBÉ: palavra derivada de um cipó chamado Ambé, devido existir uma imensa quantidade no quilombo, assim as pessoas passaram a associar ao local de grande incidência deste.

eram a favor e de outro, os que eram contra a demarcação do seu território. Muitos terrenos pertencentes à comunidade foram vendidos a empresários, políticos e etc. Assim, os indivíduos que não pertenciam a comunidade do AMBÉ ao se depararem com a possibilidade de se retirarem deste local, pressionavam os moradores desta comunidade, fazendo assim surgirem os conflitos externos.

Decidiu-se estudar estes conflitos internos, em que surgiram a partir do processo de delimitação, demarcação e titulação referente às terras ocupadas por esta comunidade, tendo em vista, que esta temática, já seria uma problemática em si, pois, o AMBÉ já estaria entre as 14 comunidades que se encontram em fase de regularização fundiária.

Este estudo tem por justificativa, os efeitos dos conflitos existentes dentro desta comunidade e da necessidade e a insatisfação da mesma no processo de titulação das terras quilombolas, surgidas a partir da ausência de argumentos relevantes por parte do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Amapá, acerca dos trâmites de regularização fundiária.

Sendo assim, a abordagem dos conflitos territoriais colocados aqui, será primordialmente fundamentada em teorias e nas diferentes visões de mundo, observadas entre os atores sociais envolvidos. Esse estudo tem como objetivo identificar as relações de conflitos territoriais existentes.

Desta forma, mostra-se que a titulação do território quilombola serviu para garantir o domínio e a posse da terra, assegurando-lhes simultaneamente algumas alternativas viáveis para uma melhor sobrevivência, no entanto, ao mesmo tempo em que lhes apresentavam vertentes contraditórias que inviabilizavam sua permanência na terra, causando assim tensões e desentendimentos nesta área, e que segundo os moradores a demora na regularização das terras, teria causado alguns danos a comunidade, pois parte do território remanescente de quilombo tem sido alvo de invasões, que acabavam intimidando a comunidade pelo uso de armas de fogo.

Para um melhor entendimento da pesquisa utilizou-se o estudo de caso<sup>2</sup>, na qual se faz necessário diagnosticar os atores sociais envolvidos, partindo de pressupostos e depoimentos da população local, principalmente dos moradores mais velhos da localidade, que ali residiram ou ainda residem, como também, explanar as contradições e conflitos por novas formas de poder e dominação territorial, juntamente comparar as duas vertentes existentes na comunidade.

Com base nas visitas a comunidade e da participação no grupo de pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: Coleta de documentos e bibliografia em diversos órgãos públicos e institucionais no intuito de analisar a literatura produzida e levantar dados informacionais sobre as transformações ocorridas na comunidade do Ambé no decorrer dos anos. Os órgãos e instituições consultados foram: a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE do Amapá, a Prefeitura Municipal de Macapá – PMM, INCRA do Amapá e a biblioteca da Secretaria do Estado de Planejamento.

Outro método utilizado foi à observação participante na qual se visitou a comunidade buscando depoimentos através de entrevistas, gravações, filmagens e fotos para se mostrar e verificar o lado paisagístico, assim como verificou se as políticas do Estado com relação à infra-estrutura do local.

A primeira visita ao quilombo se deu na tarde do dia 03 de setembro de 2009. O transporte utilizado para se chegar até a localidade foi concedido pelo INCRA, no percurso se observou as precárias condições da estrada, a viagem foi longa e cansativa, mas satisfatória, pois ao se chegar à comunidade, verificou-se seu lado paisagístico. Este dia foi de observação, para que se pudesse conhecer o local em que ia se trabalhar. Analisou-se a estrutura das casas, escola e das duas igrejas existentes, obteve-se uma recepção prazerosa por parte dos moradores em que foi mantido o contato. A visita foi rápida, mas não o suficiente para se ter todos os dados necessários a pesquisa.

Na segunda oportunidade de acompanhar a professora, partiu-se com destino ao Ambé, no dia 10 de março de 2010 por volta das 08h30min da manhã, chegando

---

<sup>2</sup> Estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa (ALMEIDA, 1996, p. 106).

ao quilombo, foi-se em busca dos moradores no intuito de entrevista-los, conhecer mais sobre sua cultura, história da comunidade, assim como suas necessidades, reivindicações juntamente com os problemas enfrentados por eles com relação aos conflitos existentes, em decorrência da demarcação do território. Este dia foi bastante proveitoso do que a primeira visita, pois foram entrevistados vários moradores, além de se ter tirado várias fotos da infra-estrutura do local. Foi a partir deste dia que se definiu a temática deste trabalho, já que estava sendo algo bastante discutido pelos moradores da localidade.

A terceira visita sucedeu-se no dia 06 de agosto de 2010, época de comemoração ao Santo São Roque, padroeiro da comunidade. O dia foi bastante satisfatório e prazeroso. A chegada à comunidade foi por volta das 08h30min da manhã, em que o grupo participou da missa, almoçou, acompanhou o leilão e em seguida, foi convidado a participar da procissão. Este dia foi tido como cansativo, porém gratificante.

As entrevistas com os moradores da comunidade não ocorreram somente no quilombo, mas também na capital de Macapá, pelo fato de alguns moradores, como os líderes e os mais velhos terem residência em Macapá, o que acabou por facilitar o trabalho.

Contudo este trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta os conflitos territoriais como abordagem conceitual, destacando os conceitos de quilombo, desde seu reconhecimento étnico com a constituição de 1988, espaço, território e territorialidade. O segundo capítulo contextualiza o aspecto histórico-geográfico evidenciando os primeiros momentos do processo de ocupação da Amazônia, dando ênfase à evolução histórica do Amapá, demonstrando o processo pelo qual passou o Amapá desde sua condição de colônia passando pela posição de território para finalmente se adquirir status de Estado, destacando principalmente o processo de ocupação e moradia dos habitantes da comunidade negra do Ambé. O terceiro capítulo aborda alguns dos conflitos territoriais decorrentes do processo de demarcação daquelas terras, explanando quando surgiu e o motivo pelo qual se procedeu.



## **CAPÍTULO I - CONFLITOS TERRITORIAIS: ABORDAGEM CONCEITUAL**

Neste capítulo, será focado o campo dos conflitos territoriais existentes, destacando o conceito de quilombo, enfatizando a Constituição Federal - CF de 1988. Aborda-se ainda sobre território, territorialidade e espaço dentro das visões sociológicas, geográficas e filosóficas de alguns autores, quanto às diferentes formas de competição pela apropriação da terra.

### **1.1 Conflitos territoriais como campo de estudo**

Um conceito propriamente antropológico do conflito vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos territoriais e identitários acerca dos atores envolvidos. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, pois, os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. Como os antropólogos trabalham diretamente com muitos desses grupos - povos indígenas; quilombolas; agroextrativistas; ribeirinhos; favelados, a etnografia dos conflitos territoriais explicita dando visibilidade a esses grupos marginalizados (SASTRE & MORENO, 2002).

Assim o mapeamento das interações políticas ajuda ao pesquisador a entender a dinâmica própria de cada conflito. De acordo com Sastre & Moreno

Um conflito pode vacilar durante anos, podendo haver momentos do conflito ficar muito "quente" e depois perder sua visibilidade, para posteriormente "esquentar" de novo. O entendimento da dinâmica interna do conflito inclui a identificação das posições e o mapeamento das alianças e coalizões, sempre sob a observação que, durante o longo percurso do conflito, as posições dos diferentes grupos podem mudar de tal forma que antigos aliados se transformam em inimigos ou vice-versa (SASTRE & MORENO, 2002, p. 121).

Desta forma, tal conceito pretende designar qualquer relação entre grupos ou indivíduos que se possa definir através de oposição, seja ela qual for. E esta

oposição estaria ligada à ideia de luta ou combate pela posse de algo que não existe em quantidade suficiente que permita a satisfação de todos. A dificuldade de se identificar os conflitos decorrentes principalmente pela falta de clareza com que o problema se apresenta. Seria fácil perceber se numa divergência há ataques frontais, mas a maioria das disputas assume contornos sutis. De acordo com o estrategista prussiano Von Clausewitz (2003-2010) afirmava que “o conflito é o encontro de duas vontades irreconciliáveis”. As pessoas entram em conflito porque percebem que têm menos poder e auto-estima do que seus interlocutores ou quando uma das partes identifica uma invasão em seu espaço objetivo (corpo e bens) ou em seu mundo subjetivo (sentimentos, valores, crenças e idéias).

Neste sentido, a historicidade e espacialidade do negro cujos espaços de quilombos demonstram estar em ascensão a nível nacional e local, a história de resistência, a luta por justiça, liberdade e pela preservação da memória se fizeram e continuam a acontecer no decorrer da história, dada através de mobilizações e conflitos. Como bem expressa Almeida:

O processo social de afirmação étnica, referido aos chamados quilombolas, não se desencadeia necessariamente a partir da Constituição de 1988 uma vez que ela própria é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as terras de preto, mocambos, lugar de preto e outras designações que consolidaram de certo modo as diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2006, p. 33).

Desta forma a Carta Magna consiste mais no resultado de um processo de conquistas de direitos e é sob este prisma que se pode afirmar que a Constituição Federal de 1988 institui uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo os relacionados a fatores étnicos.

Em outra abordagem, o mesmo autor enfatiza que são constantes as situações de conflitos e tensões que ameaçam as comunidades negras. Neste aspecto, acentuam-se, quando se verifica que os índices de violência no campo, pela disputa a terras são hediondos. Os fundamentos destes confrontos são invencíveis as posições usualmente estabelecidas entre o privado e o comunal, entre o individual e o coletivo ou entre o legal e o fundado nos costumes. Portanto, ressalta que:

A própria noção de posse comunal soa inadequada para nomear estes domínios, já que seu significado encontra-se fortemente marcado pelas referências às “comunidades primitivas”. Carecem igualmente de rigor as interpretações de inspiração evolucionista que fazem com que um dos pólos, por aproximações sucessivas, se dilua no outro (ALMEIDA 1989, p.186).

As terras de uso comum tanto em áreas de ocupação, quanto nas regiões de colonização antiga, apresentam-se sujeitas a um controle efetivo aos grupos familiares mais abastados do campesinato, onde a solidificação da diferenciação causa tensões agudas entre os membros dos grupos familiares mais avançados. Logo um dos herdeiros resolve vender toda a área a uma empresa, entrando em conflito com todo o grupo familiar. Então se pode dizer, que as tensões internas verificadas transcendem os limites de uma disputa que afeta um todo social. Tais sistemas de uso comum são representados como formas ideológicas de imobilização que favorecem a comunidade, a tribo ou as etnias, não permitindo, atribui à terra um sentido pleno de mercadoria (ALMEIDA, 1989).

No entanto as tentativas de apossamento ilegítimo e de grilagem aumentaram espantosamente, mantendo o clima de conflito e tensão perante esses grupos. De modo geral, o grau de solidariedade apresentados por estes camponeses nas terras de uso comum, não tem sido suficiente para garantir o domínio de seus territórios, levando conseqüentemente para uma situação de confronto que se renova a cada conflito, mediante a resistência das múltiplas pressões. O autor evidencia ainda, que a persistência, seria uma das razões das quais, levaria ao acirramento destes confrontos na estrutura agrária brasileira (ALMEIDA, 1989).

Dentro desta mesma definição Acevedo e Castro (1998) fazem referência a conflito, como uma forma de desafio que significa recriar novas formas de rebeldia e estratégias de luta, como condição de se manter o território de conquista.

Seguindo esta mesma concepção, Sastre e Moreno (2002) analisa que conflitos não são situações excepcionais, mas fazem parte da vida cotidiana, e devem ser vistos com naturalidade, da mesma maneira que ocorre com qualquer outro problema, dado que os conflitos em determinadas situações são decorrentes de ofensas, insultos, falta de valorização e medo. Logo destaca que uma situação conflituosa:

é o momento no qual o conflito se manifesta. É a fase que nos permite perceber que há um problema de relacionamento. Todo conflito manifestado tem um porquê, uma história anterior na qual se focalizam suas causas. É a fase dos antecedentes, aquela que explica o conflito (SASTRE E MORENO, 2002, p.121).

Para Becker, os conflitos decorrentes no processo de ocupação da Amazônia são essenciais a sociedade, porém, são situações marcadas por violência. Onde latifundiários criticam a demora da justiça em litígio, e na busca de soluções imediatas acabam recorrendo à força, tornando a situação mais difícil. Assim, enfatiza que:

a generalização dos conflitos nas duas últimas décadas evidencia que eles não são um dado circunstancial, mas sim estrutural, essencial ao tipo de desenvolvimento capitalista do país, pois ocorrem tanto em períodos ditatoriais como na transição a democracia (BECKER, 1991, p. 38).

Deste modo, a autora questiona a ação desigual do Estado, que favorece os grupos empresariais, se omitindo em relação à violência, não acabando com os conflitos existentes, pelo contrário, torna a situação mais agravante, no processo de apropriação do espaço pela posse da terra. Em seguida faz referência a conflito mediante a forma de resistência de determinados grupos envolvidos, que são ocorridos em áreas mais valorizadas por acessibilidade as estradas e núcleos urbanos e em locais que possuem maior riqueza no solo e subsolo.

De acordo com Becker (1991) os conflitos pela posse da terra são muito mais complexos do que parecem, tanto no que se refere aos atores envolvidos quanto com relação às terras disputadas, pois relata que no início dos anos de 1970, a estratégia de ocupação era espontânea, em que a população se limitava a ocupar apenas terras devolutas, ou seja, aquelas invasões organizadas em grupo, em áreas de titulação duvidosa.

## **1.2 Conceito de quilombo**

Quilombo – Kilombo vem de Mbundu, origem africana, provavelmente significado de uma sociedade iniciativa de jovens africanos guerreiros Mbundu – dos

Imbangala. Quilombo foi uma forma de resistência caracterizada pela maneira de como eram tratados. Conforme expõe Reis,

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. Houve um tipo de resistência que poderíamos considerar a mais típica da escravidão [...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas e tinha nomes diferentes: na América espanhola: Palenques, Cumbes; na inglesa, Maroons; na francesa, grand Marronage e petit Marronage [...]; no Brasil, Quilombos e Mocambos e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros (REIS,1996, p.47).

De acordo com Moura (1988), o quilombo surge onde quer que a escravidão esteja, onde muitas vezes, surpreende pela capacidade de organização, pela persistência sendo destruindo várias vezes e novamente ressurgindo, seja em outras localidades, plantando sua roça construindo suas casas, reorganizando sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. Portanto, ser quilombo, não é apenas um fenômeno esporádico e sim, um fato normal que decorre dentro da sociedade escravista, tida como uma reação organizada de combate, a uma forma de trabalho, contra a qual se volta ao próprio sujeito que a sustenta.

A hierarquia que se fazia presente nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criados pelos rebeldes, ou seja, a dicotomia senhor – escravo deixava de existir para se estabelecer, outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo. Como se percebe, o quilombo era tido como uma instituição natural na sociedade escravista, onde as fugas sucessivas eram decorrentes da situação dos escravos, por isso, se fazia necessário conviver com semelhantes para sobreviver (MOURA, 1993).

Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação políticas ideológico de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. Este foi o último país do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei que colocou os ex-escravizados numa

sociedade na qual estes não tinham condições mínimas de sobrevivência. De acordo com Nascimento (1980),

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO,1980, p. 32).

Como bem explicita este autor, desde o princípio da colonização no século XVI, os africanos escravizados se engajaram num combate firme contra a condição de escravizados em núcleos de resistência diversos. Os quilombos, entre os quais se destaca a República de Palmares, a Revolta dos Alfaiates, Balaiada, Revolta do Malês, entre tantos outros núcleos que continuam na pós-abolição em oposição às conseqüências da escravidão, continuam numa luta por uma liberdade que sempre lhes foi negada.

Apesar de a história quilombola ser marcada pela resistência e heroísmo do povo afro-descendente, a discussão acerca dos marcos legais que garantem a essas comunidades condições de vida digna, identidade étnica e principalmente acesso a terra, tem sido alvo de grandes discussões. Com a inclusão do Artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da CF de 1988 – que é considerada um marco em termos da conquista de direitos sociais e da construção da cidadania em nosso país – trata sobre o direito de posse das terras de remanescentes de quilombos e representa um grande avanço na luta do povo negro brasileiro, dispondo que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos”. Essa tímida referência na Carta Magna foi inicialmente regulada pelo Decreto n. 3.912 de 2001, de autoria do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Almeida (2005) a nova regulamentação proporcionaria as condições para a retomada das titulações das terras de quilombos, paralisadas desde 2001, agilizando procedimentos e solucionando problemas conceituais. O reconhecimento público do número inexpressivo de titulações realizadas funcionou como justificativa para uma ação governamental específica, posto que nesta mesma

data o presidente Lula assinou o Decreto nº 4887 de 2003, regulamentando o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. Sendo importante acrescentar que este ato se fez mediante a gravidade dos conflitos envolvendo comunidades remanescentes de quilombos. O Decreto 4.887/03 é importante porque está em harmonia com a Constituição Federal de 1988 e com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ao definir remanescentes das comunidades dos quilombos, como grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, ou seja, a caracterização dos quilombolas será atestada mediante a auto-definição ou auto-identificação da própria comunidade.

Neste contexto, podem-se definir quilombos, como originados da elaboração de um projeto dos escravos de promover o rompimento com o cativeiro e a situação de opressão, pela qual eram submetidos, permitindo a reconquista de sua liberdade e autonomia. O status de cidadãos é uma condição sistemática negada aos negros e também ignorada, hoje, por uma sociedade capitalista, quer dizer, não tão negada mediante a dura e gradativa luta da antropologia brasileira e dos afro-descendentes em se buscar respostas a tantos questionamentos (NASCIMENTO, 1980).

Para Acevedo e Castro (1998) o quilombo foi positivamente o limite do regime de propriedade e de produção escravista, como também, do domínio social e político articulado a essa formação social. Nesse sentido, atinge profundamente a ordem escravista, tendo como resposta a repressão e a estigmatização por parte dos senhores e das autoridades. Sendo tidos como desqualificados na sociedade do baixo Amazonas, por ser considerado um lugar onde se acobertava o roubo, a violência, o crime e principalmente o refugio de rebeldes, desertores e foragidos dispostos à margem.

Já na concepção de Moura (1993, p. 37) quilombo era, segundo a definição do rei de Portugal, datada em 2 de dezembro de 1740, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenha ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Desta forma, não só no Brasil, mas como em outras localidades da América, onde se existiu escravismo moderno<sup>3</sup>, esses

---

<sup>3</sup> Este é um termo conceitual criado por Décio Saes para analisar a formação do Estado no Brasil. Diferente de outros teóricos Saes afirma que desde o século XVI em diante (com a implantação de uma economia de plantação), estendendo-se até a abolição da escravatura e o fim da Monarquia existiu no Brasil um Estado Escravista Moderno. Em linhas gerais este termo tem como principal justificativa a estrutura jurídica definia dois tipos de humanos: os livres e os escravos e toda relação de produção se sustentava a partir desses elementos. A tese de Saes é diferente porque ele não considera a escravidão no Brasil tal qual fora no Feudalismo, como também não considera o Estado Capitalista, apesar de os mercados brasileiros visasse

ajuntamentos proliferaram como uma forma de protesto e insatisfação do negro escravo, às condições desumanas e alienadas, a qual era submetido, pois onde quer que a escravidão exista, o quilombo aparecia como sinal de rebeldia permanente, contra o sistema escravista. Neste sentido a autor definiu quilombo como:

Refúgio de elementos marginalizados pela sociedade escravista, independentemente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas que nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas. (MOURA 1993, p. 37).

Portanto, pode-se dizer que a quilombagem no Brasil foi fruto das diversas contradições estruturais do sistema escravista, que refletiam em sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos, sendo apenas uma das formas de resistência dos escravos, marcada por assassinatos de feitores, capitão-do-mato, senhores, juntamente com o suicídio e fugas individuais em as guerrilhas e as insurreições urbanas (MOURA 1988).

### **1.3 Como se organizavam os quilombos**

Os quilombos possuíam várias formas de organização, grandes, pequenos, mas sempre com o mesmo objetivo em mente, que era fugir do sistema escravista, onde embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos, não havia uniformidade naquilo, na qual poderíamos denominar como modelo econômico (MOURA, 1993).

Decio Freitas, ao fazer uma tipologia dos quilombos, detectou sete tipos fundamentais:

- a) Os agrícolas, que prevaleceram por todas as partes do Brasil;
- b) Os extrativistas, característicos do amazonas, onde viviam de drogas do sertão;
- c) Os mercantis, que adquiriam, diretamente de tribos indígenas, as drogas para mercadejá-las com os regatões;
- d) Os mineradores, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso;

---

abastecer o mercado europeu, pois o modo de produção é diferente do Capitalismo que não admite a relação de trabalho escravo e precisa de trabalhadores remunerados e os torna consumidores. (1985).



- e) Os pastoris, no Rio Grande do Sul, que criavam o gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas por estancieiros;
- f) Os serviçais, que saíam dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos;
- g) E os predatórios, que existiam um pouco por toda a parte e viviam dos saques praticados contra brancos.

Sendo importante acrescentar que os quilombos não se limitavam a monocultura das plantations, pelo contrário, aproveitavam-se dos recursos naturais regionais e de elementos retirados das fazendas e dos engenhos, satisfazendo suas necessidades e ainda produzindo um excedente comercial. A organização dos quilombos era bastante diversificada, dependendo do espaço ocupado, da população e das formas de defesa contra a repressão escravista, que ao invés de se focarem na monocultura que caracterizava a agricultura escravista, que monopolizava a produção na mão dos senhores, os quilombos praticavam uma economia policultura, distributiva, ou seja, capaz de satisfazer às necessidades de todos os seus membros, assim, a economia comunitária proporcionava um acesso de bem-estar a toda comunidade (MOURA, 1993).

Esses povos foram trazidos para o Brasil durante o Período Colonial, que conseguiram resistir contra o regime escravista, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passou a constituir símbolos de autonomia. A autonomia dos grupos de quilombos existentes no país e a conquista pela ocupação de terras desenvolvendo a agricultura familiar foram ocasionadas pela crise das plantações de algodão, cana-de-açúcar e café, o que acabou enfraquecendo o poder dos grandes proprietários de terras da época (SUNDFELD, 2002).

Hoje, uma maior organização da Comunidade Negra foi o que possibilitou que as diversas comunidades espalhadas pelo país pudessem obter o direito de lutar pelo reconhecimento de propriedade da terra, direitos que foram garantidos pela Constituição Federativa de 1988, sendo necessário o mapeamento e comprovação da existência de comunidades de antigos quilombos (SUNDFELD, 2002).

No entanto não tem sido fácil colocar em prática o texto da lei, pois essa lei vem sendo cumprida com lentidão, pois, até hoje, poucas comunidades conseguiram a titulação e a regularização de terras. “A posição oficial do governo quanto à questão dos quilombolas, porém, tem sido o de alegar mudanças constantes na legislação desde 2005”, para justificar o atraso no processo de reconhecimento e

titulação das terras. Sundfeld (2002) aponta que no início da estruturação dos projetos quilombolas, o processo de reconhecimento funcionava da seguinte maneira: para obterem a titulação das terras era preciso que o grupo estivesse organizado em associação e se declarasse remanescente de quilombo junto a Fundação Cultural Palmares – FCP, que é uma Fundação do Governo Federal, tendo como principal função a de identificar os remanescentes das comunidades dos quilombos.

Em seguida era necessário que fosse feita a demarcação para se iniciar a titulação das terras a serem ocupadas pelas famílias, também era indispensável que se providenciasse o registro dos títulos de propriedade, para ser então garantidas a estas comunidades direitos envolvendo o meio ambiente, a questão fundiária, a proteção de recursos renováveis, a produção agrícola entre outros. E a partir desse pressuposto, que o INCRA (órgão responsável pelo processo de regularização fundiária) através da titulação das terras de quilombos aciona 17 Ministérios que garantem os benefícios desde o acesso a água potável à educação, desenvolvimento sustentável à cultura, entre outros (INCRA, 2006).

#### **1.4 Território e territorialidade**

Para uma melhor compreensão destes conceitos a ciência geográfica “sofre” a influência da filosofia contemporânea se aplicando o território como forma de re-territorialização, povoamento; e a desterritorialização trabalhando a ideia de território como uma relação entre fluidez e rigidez. Além da sociologia, passou-se pela filosofia e por vários autores e geógrafos que nos brindam com explicações muito concretas e fundadas. Entende-se que os conceitos de espaço território e a *posteriori* a territorialidade, podem ser empregados com muita segurança no que diz respeito a comunidades tradicionais (ORTIZ, 2003).

Nas ciências sociais, existe uma forte tradição em se pensar no espaço em sua relação imediata com o meio físico, no entanto, mesmo quando se afasta do determinismo geográfico, cuja influência foi grande entre os pensadores brasileiros no final do século XIX, encontra-se presente a idéia de território identificado aos limites de sua materialidade (ORTIZ, 2003).

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto multidimensional, no estudo destes conceitos presenciamos o território sendo utilizado como uma base das relações sociais, enquanto na verdade ele é multifacetado, ou seja, constitui uma totalidade (MANÇANO, 2005). A definição de território é aplicada por Raffestin (1993), como sistemas de ações e sistemas de objetos, onde encontramos esta mesma aplicação no conceito de espaço aplicado por Milton Santos, ainda que aplicados de forma diferente, são constituídos da mesma essência. “Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território” (MANÇANO, 2005), e esclarecendo estas questões temos a apresentação de Haesbaert (2004), que aplica de certa forma uma solução para esta discussão, que são as multiterritorialidades, seriam elas as diferentes formas que os territórios se apresentam dentro do espaço.

Logo, seria no espaço que encontraríamos diversas relações sociais, em que estas relações seriam os principais atores das transformações espaciais e territoriais, na qual não podemos abortar a ideia da aplicação equivocada do conceito de território por outras ciências, que tornam o conceito um setor, enquanto deve ser visto de forma multidimensional, neste caso cabe a defesa de Haesbaert (2002) por um maior rigor na definição do conceito de território, onde ele destaca também as ambigüidades e o caráter metafórico com que este conceito tem sido apropriado por outras ciências, apoiado em Mançano (2005) que explica o Sistema de Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização (T-D-R), o autor discute também o conceito de território como uma totalidade restringida pela intencionalidade que criou (multiplicidade do espaço que cria domínios) na constituição dos territórios alternativos e/ou excluídos.

Os trabalhos do geógrafo Rogério Haesbaert (2004) podem ser encarados como um esforço de construir uma tipologia dos territórios. Como nunca se consegue dar conta de todo o estado da arte sobre um determinado tema, é possível afirmar que a classificação sugerida pelo autor, forma um quadro razoavelmente extenso sobre os territórios. Considerando diversos autores nacionais e internacionais, Haesbaert reúne muitas abordagens conceituais de território em três vertentes básicas para perceber o território: a política ou jurídico-político, em que este seria considerado como espaço controlado por um determinado poder, às vezes, relativo ao poder do Estado (institucional); a cultural ou simbólico-cultural, em que território é visto como um produto da apropriação simbólica de uma

coletividade; e a econômica, na qual serviria como fonte de recursos (dimensão espacial das relações econômicas).

Segundo Raffestin (1993) o território seria o produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São estes atores que o produzem composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada que é o espaço, passando a implantação de novos recortes e ligações. Dessa maneira, para o autor, a malha, também denominada tessitura que compreende:

(...) a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas (...). A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aquelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes (IBID, p.154).

Pode-se considerar assim que a malha é a base ou o substrato do território, é o que há de mais concreto e enraizado. Seus limites são definidos pela ação dos nós ou dos pontos, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Segundo o autor em questão, os pontos simbolizam a posição dos atores, representando locais de poder e referência, lembrando que existe uma multiplicidade destes agindo sobre o mesmo. A tessitura de tais redes, com suas malhas por onde circulam os diferentes fluxos, com seus nós ou pontos de conexão, resulta da articulação de cada grupo de representação da sociedade, fazendo uso de seu poder na defesa de seus interesses, no processo de construção dos territórios. Estes atores, não necessariamente se opõem

(...) agem e, em conseqüência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles. Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação. (IBID, p.156).

Portanto, pode-se assim considerar que os nós, relacionam-se entre si e estabelecem redes, reforçando o poder dos atores sobre seu território. Estes atores e estas redes relacionam-se ainda com nós externos a malha, tornando este

território mais dinâmico e fluido. Esta dinamicidade, por sua vez, possibilita aos atores locais um melhor atendimento de suas demandas e necessidades (RAFFESTIN, 1993).

Assim o território em si, não constitui um espaço de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das ciências sociais, ou seja, como questão histórica. Sendo que ao definir qualquer pedaço de território, deve-se levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (RAFFESTIN, 1993).

Deste modo, Raffestin (1993), considera que o espaço deve ser compreendido como sendo anterior ao território, pois o território é caracterizado pelas relações sociais que engendram trabalho (abstrato ou não) e o espaço pressupõe ausência desses aspectos. Segundo ele, espaço seria naturalizado e o território é espaço modificado pelo homem. Assim “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço” (IDEM, p. 143). Percebe-se, contudo que o conceito de território apresentado por Raffestin incorpora o substrato material, ou seja, o espaço físico, fundamentado explicitamente no presente.

Raffestin (1993) dispensa maior ênfase a esse conceito, destacando a ideia de como a vida é tecida por relações. Nesse sentido, a territorialidade pode ser então definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional, sociedade, espaço e tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, vindo também a acrescentar a territorialidade, no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas, ou seja, conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço, seria fazer renascer um determinismo sem interesse, isto é, seria sempre uma relação mesmo que diferenciada.

Por sua vez, Andrade (1995), faz uma análise da questão do território no Brasil, retratando o conceito de território com uma abordagem profundamente política e econômica de ocupação do espaço. A exemplo de Raffestin, a ideia de poder é uma constante na análise do território feita por Andrade (1995, p. 19):

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que

estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Nota-se que o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região. O autor faz uma diferenciação entre território e espaço. O território associa-se mais à ideia de integração nacional, de uma área efetivamente ocupada pela população, pela economia, a produção, o comércio, os transportes, a fiscalização etc. (ANDRADE 1995).

Seriam nos territórios que as relações capitalistas efetivamente se fazem presentes. Já o espaço seria mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não se territorializaram, isto é, que ainda não sofreram uma ocupação humana efetiva. Assim, o espaço é mais amplo que o território, englobando-o. É uma área delimitada geograficamente e administrativamente pelas suas fronteiras. Associada ao território tem-se a expressão territorialidade que, para o autor:

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

A territorialização seria uma forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto. A questão da territorialidade, território aqui explícito, para dentro da questão quilombola, as chamadas “‘terras de preto’ ou território, é tratado como “espaço cotidiano, 'vivido', que 'simboliza' uma comunidade” (HAESBAERT, 1999, p. 179). Reconhece-se a existência de uma identidade territorial, construída tanto no sentido simbólico quanto concreto.

Portanto, entende-se que essa territorialidade singular construída pelos negros faz da terra um objeto não passível de exploração meramente econômica. Onde, tal territorialidade não pode ser interpretada pela lógica da propriedade

privada e da expansão capitalista no campo, pois este processo de territorialização, nada mais é, do que frutos das chamadas “terras de preto” entendidas como:

Aqueles domínios doados, entregues, ocupados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, às famílias de ex-escravos a partir da desagregação de grandes propriedades monocultoras. Os descendentes de tais famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente. (ALMEIDA, 1989, p. 174).

Segundo o autor, a expressão referida está associada ao sistema de terra comum, que é acionada como fator identificação, defesa e força, indissociável do território ocupado, dotados de regras de apropriação essenciais para estreitar vínculos de sobrevivência dentro da comunidade, ocorrendo em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas.

Tal expressão pode ser compreendida também, como:

Aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito (ALMEIDA, 1989, p. 174).

Neste sentido, Almeida detecta algumas situações peculiares em que famílias de ex-escravos ou seus descendentes, encontravam-se em condições designadas como “foreiros”, uma convivência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro a acertar sobre parcelas por família, tendendo não deixar dúvidas sobre seu caráter privado, mantinham pequenos valores cobrados, definidos como “simples agrado” pelos camponeses.

Portanto as diferentes nomeações “terras de preto”, “mocambos”, “comunidades negras”, e “quilombos”, chamam a atenção devido, as particularidades dos processos de territorialização, que estão se tornando cada vez mais evidentes com o fortalecimento do movimento quilombola, mediante as diferentes designações de territorialidades. Onde o termo “preto” utilizado, ganha maior importância afirmativa e expressão étnica (ALMEIDA, 2005).

## **CAPÍTULO II - ASPECTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO QUILOMBO**

Este capítulo evidencia os primeiros momentos do processo de ocupação da Amazônia, dando ênfase à evolução histórica do Amapá, demonstrando o processo pelo qual passou o Amapá desde sua condição de colônia, passando pela posição de território, para finalmente se adquirir *status* de Estado, destacando principalmente o processo de ocupação e moradia dos habitantes da comunidade negra do Ambé.

### **2.1 Ocupação do espaço amazônico**

É importante perceber, que ao longo de quase três séculos a ocupação do território amapaense foi lenta e gradativa, pois para que se compreenda a história do Amapá é necessário o estudo a região inserida no contexto nacional, até mesmo o internacional desde os tempos do Brasil colônia. A primeira tentativa de se ter o controle político, econômico e social da Amazônia se deu através da Carta Régia datada de 13 de julho de 1621, instituindo o Estado do Maranhão e Grão-Pará subordinadas diretamente ao poder central, cujo objetivo era assegurar o direito de posse e defesa do litoral (MORAES E ROSÁRIO, 1999).

Assim no Período Colonial, a valorização econômica baseava-se nas chamadas “drogas do sertão”, tendo no trabalho compulsório indígena o seu pilar de sustentação, o que era suficiente para se acreditar que a Amazônia era “terra de índio”. O primeiro passo no sentido de se conquistar a Amazônia foi à fundação de Belém, no dia 12 de janeiro de 1616, onde a partir desta data, outros interesses estariam levando também os portugueses para o interior da floresta, com o intuito de se buscar novas terras para a plantação de cana-de-açúcar e coleta de drogas aromáticas, favoráveis à colonização, se estabelecendo um modo de produção agrícola extensiva, baseada no sistema de plantation e no trabalho do negro africano (MORAES, 2006).



Bezerra Neto ao avaliar a presença negra na Amazônia, no decorrer dos séculos XVII, XVIII e XIX, concebe a especificidade com que se estabeleceu a economia escravista no Grão Pará, no entanto sua análise está voltada para o processo de inserção da Amazônia na economia portuguesa. Desta maneira ele enfatiza que:

o imbricamento das relações sociais envolvendo o estabelecimento do extrativismo das drogas do sertão, o apressamento de índios e a existência de uma agropecuária voltada para o mercado, com a conseqüente utilização do trabalho escravo africano, constituía um dos pilares de sua especificidade. (2001, p. 18 *apud* MORAES, 2006 p. 308).

Neste sentido, o autor deixa claro que estava necessariamente interessado em compreender a diversidade das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos que vieram para a região como colonos ou escravos com aqueles que já residiam.

Desta forma, a mão de obra negra na região amazônica foi uma constante, tanto nas áreas de ocupação mais tradicional da agricultura, quanto em áreas propícia para criação de gado. A força de trabalho era mais restringida em territórios de ocupação mais densa, em que se predominava a atividade extrativista das chamadas drogas do sertão, se prevalecendo à mão de obra indígena (MORAES, 2006).

Conclui-se então que o negro teve grande relevância na ocupação do espaço amazônico, pois todo seu processo de resistência ao trabalho, tal como a do índio, remete a participação do Brasil na trágica aventura da escravidão, que durou mais de trezentos anos, fazendo-se presente em cada um dos aspectos da vida brasileira, constituindo assim, a formação de quilombos ou mocambos na região, tendo grande influencia no sentido étnico e cultural por terem servido de suporte para a economia agrária que se manteve sob o regime de escravidão na região Amazônia (MORAES, 2006).

Mas para o recém chegado português ocupar a região Amazônia, não seria tarefa tão fácil, pois o apoio dos padres, missionários, deveria facilitar neste sentido o avanço colonial, pacificando todas as populações nativas, que por sua vez, não aceitavam a bandeira portuguesa, por isso pacificar, na concepção dos primeiros missionários, significava introduzir novos hábitos morais e ensinar técnicas agrícolas, assim os religiosos poderiam agrupar os indígenas estabelecendo o

cristianismo na região, onde essas missões religiosas espalharam-se rapidamente por toda Amazônia, desde Belém até o extremo ocidente (MORAES E ROSÁRIO, 1999).

Assim, o século XVII foi marcado por intensos conflitos estrangeiros na região Amazônia, onde franceses ingleses, irlandeses e holandeses tentaram fundar feitorias nessa área, fazendo com que os portugueses e espanhóis voltassem sua atenção um pouco mais para a região, que se encontravam há muito tempo desprotegida e marcada pelo descaso político e administrativo das autoridades metropolitanas; Onde havia o confronto entre dois projetos existentes, que era o projeto dos missionários, que foi o primeiro passo para o processo de ocupação portuguesa na Amazônia, que privilegiou o contato com os indígenas, mantendo o controle do território, e, o projeto de Marques de Pombal, que consistia em uma legislação de caráter civil, o Diretório Indígena, que afirmou a soberania portuguesa, privilegiando as relações diretamente com a metrópole, marcando assim a formação territorial na Amazônia (MORAES E ROSÁRIO, 1999).

Portanto o desenvolvimento de grandes projetos na região veio a ocasionar uma série de relações sociais, que iam desde a escravidão até as relações assalariadas sem nenhuma das garantias previstas nas leis trabalhistas. Essas relações estabeleceram diversos conflitos, decorrentes do crescimento da pobreza, onde a concentração populacional nas áreas urbanas refletiu o tipo de política fundiária adotada pelo governo (MORAES E ROSÁRIO, 1999).

## **2.2 Apropriação histórico-geográfica do Estado do Amapá**

Para Filho (2009) a colonização da Amazônia é caracterizada pelo extrativismo e a servidão indígena, pois segundo ele, o processo de colonização da Amazônia não significou o estabelecimento de uma política colonial de povoamento da região, e sim a fixação de núcleos, que objetivavam a conquista e não o povoamento territorial, assim, era construído fortins, fortes, fortalezas, aldeamentos, povoados e vilas em vários pontos do que é o Amapá hoje. Em que estas estruturas representavam um modelo de colonização implementado por Portugal na Amazônia.

O entrelaçar de tudo isso, foi o resultado de um confronto armado, entre, Portugal e Inglaterra, Holanda e França e Brasil e França que resultou na divisão da metade do território disputado.

Assim, a história do Amapá, foi marcada por intensos conflitos, na qual houve enfrentamentos e principalmente derramamento de sangue, assim se constituía a luta pelo idealismo e o patriotismo do povo do Amapá, que todos os dias baixavam a bandeira da França, e subiam a bandeira do Brasil. Sendo que se pode considerar o século XVIII, como o período marcado por estratégias de ocupação do espaço amapaense pelos colonizadores (GOMES, 1999).

Através de uma política de conquista, os portugueses se estabeleceram na região, posicionando em Macapá um destacamento militar, pois o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ficou incumbido de implementar o povoamento na região Amazônica. Este assumiu o governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, em 24 de setembro de 1751, e, em dezembro organizou uma expedição a Macapá. Sendo que o povoado de Macapá rapidamente progredia, mas por conseqüência a insalubridade do local tornava-se um grande problema a ser enfrentado pelos colonos, pois uma grande epidemia de cólera surgia em Macapá. A notícia se alastrou por Belém, e rapidamente surgiu um único medicamento, para controlar a moléstia (FILHO, 2009).

Desta forma, Mendonça Furtado, no início de fevereiro de 1758, chegou á Macapá, trazendo consigo uma numerosa comitiva. Estava ele em missão de marcação de fronteiras da colônia com as terras pertencentes à Espanha, na região Amazônica definida pelo tratado de Madri, assinado em 1750, vindo em prol de elevar o povoado à categoria de vila. Mendonça Furtado mudou toda a categoria administrativa do povoado de Macapá, elevando-o a categoria de vila, dando denominação de vila de São José de Macapá (FILHO, 2009).

Havendo, por conseguinte a criação da Fortaleza de São José de Macapá, na qual cada proprietário devia colocar a disposição escravos para os trabalhos na fortificação. Construção que durou por mais de dez anos, sendo canalizados recursos financeiros, força de trabalho de indígenas e de escravos, juntamente com a capacidade administrativa do governo, acarretando conseqüentemente em repetidas situações de escassez de alimentos, que eram rigidamente calculados para dar conta das obras. O mesmo fato ocorria com medicamentos e leitos no hospital (ACEVEDO MARIN, 1999).

Dando continuidade a esse processo de ocupação portuguesa no Amapá, Mendonça Furtado criou a vila de Mazagão e a Vila Vistosa Madre de Deus. Em que a criação dessas duas vilas, acabou por consolidar o processo de ocupação da região do Amapá pelos portugueses, pois, a criação dessas vilas era importante pelo fato de ser uma forma de se garantir segurança e posse das terras (FILHO, 2009). Esta Fortaleza constituiu o núcleo inicial da ocupação portuguesa da chamada “Terra do Cabo Norte”, região que faz parte do atual estado do Amapá.

Assim as terras do Cabo Norte, receberam um sopro de povoamento, com a entrada de famílias embarcadas em Lisboa, com os escravos introduzidos da África e os indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico. Onde Macapá, situada a 36 léguas do Cabo Norte, foi o epicentro desse movimento (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 37).

Os trabalhadores negros entraram na região para atender aos interesses da colonização portuguesa de diversas formas: os primeiros escravos africanos chegaram a Macapá trazidos pela Companhia do Comércio do Grão-Pará, outros chegaram com as primeiras famílias portuguesas vindas de Mazagão; assim fortalezas eram erguidas, navios aportavam na região, cálculos econômicos eram feitos, leis e marcos de limites eram colocados, além dessas duas formas de entrada de negros, provavelmente, alguns chegaram aqui por meio das fugas de escravos da Guiana Francesa, ao longo da segunda metade do século XVIII (GOMES, 1999).

Assim, a historiografia que trata da região do Cabo Norte, revela a existência de inúmeros mocambos – lugares constituídos por fugitivos negros, índios e soldados desertores – na região do Amapá, que foram formados no sentido de se contraporem a todo um processo econômico imposto pela Coroa portuguesa. Por meio dos mocambos, os fugitivos, com suas próprias ações, reinventaram significados e construíram visões sobre escravidão e liberdade e “marcaram as experiências da colonização e ocupação de vastas regiões amazônicas, principalmente aquelas das fronteiras coloniais e internacionais”. A fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico no contexto amazônico a partir da segunda metade do século XVIII (GOMES, 1999, p. 225).

Deste modo, pode-se observar que as terras amapaenses fizeram parte da história de aventureiros e exploradores ingleses, franceses, holandeses, irlandeses e portugueses. Por isso, pode-se dizer que foi durante os séculos XII ao XIX que a atividade econômica extrativista praticada no Amapá provocou uma disputa acirrada

entre franceses e portugueses pelo domínio do extrativismo. Uma vez que a região do Amapá que dividia com Guiana Francesa, era a que mais causava apreensão, pelo fato de comerciantes e grupos indígenas, negros escravos, tanto do lado lusitano como do lado dos gauleses, migravam à procura de liberdade. Por este motivo as disputas territoriais tornavam-se fora de controle, tornando assim o policiamento desta área cada vez mais difícil, ocasião esta, que provocava desconfiança entre portugueses e franceses, a respeito da devolução de escravos, juntamente com relação aos domínios coloniais da região. Assim, ressalta Gomes

As fugas além de constantes, passariam a ser em massa, a restituição de escravos, no caso dos portugueses aos franceses, com a garantia dos mesmos não serem castigados, não resolvia necessariamente o problema das fugas. Portugueses acusavam os franceses de castigarem com muito "rigor" os fugitivos restituídos, provocando novas fugas, inclusive dos mesmos escravos. (Ibid, p. 227)

O autor ainda demonstra que o problema era mais complexo do que as constantes fugas, ou invasões francesas supostamente motivadas pelo resgate de cativos, pois aquela região de fronteira era palco de disputas por domínio colonial entre França e Portugal.

Logo, a descoberta do ouro na região provocou um grande fluxo migratório, que por sua vez, resultou na criação de novas vilas, tentativa de dominação de todo o comércio das drogas do sertão daquela área pelos franceses, como forma de não só abastecer seus assentamentos, como também possibilitar o abastecimento da Guiana Francesa. A exemplo disso pode-se destacar a Vila de Cunani e Vila Velha (QUEIROZ, 1999).

No século XIX, na região do contestado franco-brasileiro, surge a vila do Espírito Santo do Amapá, reduto português, local sede do contestado e entreposto comercial da região (SANTOS, 1994), que em detrimento desta situação, ocorreu o despertar do interesse da França e do Brasil, pela posse definitiva da área do contestado, pois a região compreendida entre o Araguari e o Oiapoque, foi sendo ocupada por aventureiros, desertores, quilombolas e escravos fugitivos, em que a descoberta do ouro nessa região, foi o que provocou grande cobiça, tanto por mineradores estrangeiros, quanto por brasileiros, o que impulsionou no aumento do interesse que os franceses tinham, em expandir seu território, ou seja, suas fronteiras, com destino ao Amazonas. Além disso, havia suspeitas de que os franceses estariam comandando brasileiros para defender seus interesses dentro da

área contestada, assim como também, estariam envolvidos na instalação de uma república, que iria do Oiapoque ao Araguari, e que teria como capital o povoado de Cunani (QUEIROZ, 1999).

Sendo que a partir do momento em que os franceses quiseram tomar parte do Amapá, a área foi considerada a mais importante do território, pois, nela estava situada a Vila do Cunani, a qual os europeus invadiram e tornaram república. Esta Vila foi elevada à condição de República Independente. Portanto no período em que o Amapá era chamado de zona do contestado não estava ainda definida se pertencia ao Brasil ou à França, por isso era caracterizado como um território neutro, ou seja, nem o governo do Brasil, nem o da França exerciam jurisdição (QUEIROZ, 1999)

No dia 13 de setembro 1943 o Governo Vargas transformou as terras do Cabo Norte a categoria de Território Federal do Amapá (TFA), por meio de Decreto-Lei. E através deste Decreto, as terras da região do Amapá foram desmembradas do Estado do Pará. O Território Federal era administrado pela União e tinha como características principais a centralização e concentração do poder político nas mãos de quem o administravam (FILHO, 2009).

Após ser elevada a categoria de território federal, vários governos almejavam durante anos, transformarem o Amapá em Estado. Sendo que o desenvolvimento integrado do Amapá, almejado por Jorge Nova da Costa, foi fundamental para a transformação do Território Federal em Estado, assim em 05 de outubro de 1988 o Amapá através da Assembléia Constituinte foi finalmente elevado a categoria de Estado da Federação (MORAIS e MORAIS, 2000).

### **2.3 Processo de surgimento do quilombo**

A comunidade do AMBÉ está localizada no Vale do Rio Pedreira, no município de Macapá-AP. O acesso terrestre é possível através da BR 156, aproximadamente 80 km. Observa-se no percurso a presença de grandes plantações de pinho pertencentes à empresa AMCEL. Sendo importante enfatizar que além de ser um longo percurso para se chegar até a comunidade, se observa as

precárias condições, cujo em dias de chuva se dificulta o acesso, pelo fato de grande parte da estrada ainda não ser asfaltada.

Ao se chegar à comunidade é impossível não se encantar com a belíssima paisagem natural ainda não degradada. Contam os moradores que esse nome deu-se devido existir na comunidade uma imensa quantidade de cipó chamado AMBÉ, assim as pessoas passaram a associar o cipó ao local de grande incidência deste. Sendo que antigamente existia o Ambé de cima e o Ambé de baixo, onde se encontra localizada a igreja de São Roque, que ao ser criado o Ambé de baixo, os moradores que ali habitavam, passaram a residir no Ambé de baixo, onde até hoje permanece a comunidade. Como mostra a figura:

Figura 1: Placa informativa de acesso ao ramal do quilombo



Fonte: trabalho de campo

A priori, pode-se observar que é uma área rica em pastos, que não tendo muita expectativa ou alternativa de vida, sobrevivem da pecuária, agricultura e apicultura, onde a partir do primeiro contato com os moradores, ficamos sabendo da realidade deste local, tais como as dificuldades e tensões, pelo fato de se tratar de uma área de quilombo ainda não regularizada, que segundo os moradores a demora

no processo de regularização da terra, tem causado tensões e desentendimentos entre os moradores da localidade.

Portanto, neste tópico será focado um breve histórico sobre a comunidade, pelo fato de se ter tido grande dificuldade em se buscar materiais e informativos históricos. Onde a principal fonte de pesquisa, foi à própria localidade, onde foram executados trabalhos de campo, a fim de se adquirir informações concretas sobre a mesma.

#### **2.4 Como surgiu a comunidade**

Ocupado desde 1840, contam os moradores da localidade, que um dia um cidadão que passava pela região do Abacate da Pedreira em 1898, chamado Manoel de Souza, o “Manezinho do AMBÉ”, assim conhecido, em companhia de Chico do Venâncio e Manoel Lucas de Souza, chegaram a comunidade a procura de campina e lago para explorar gado e castanha-do-Pará, onde subindo em uma árvore, avistou o outro lado do lago, onde um vasto campo verdejava. Atravessou o lago e chegando até o local, descobriu que era uma terra rica em pastos, e propícia para a criação de gado. Imediatamente procurou sua irmã, a fazendeira Mariana de Souza, casada com Pedro Lazarino e assentou-se ali, levando a família e começando uma nova trajetória de vida, com outras quatro famílias das quais convidou. Fundando assim, a primeira vila, onde é o atual cemitério do Ambé, e iniciando um modo de vida particular, bem como uma história de resistência e luta por melhorias.

Dessa forma foi sendo construído um modo de produção e de vida peculiar baseado em uma relação de solidariedade e ajuda mútua entre os negros. Sob a ótica do território aquelas terras passaram a ser consideradas um bem “comum, essencial e inalienável”, pois para a comunidade do Ambé a territorialidade trabalha como “fator de identificação, defesa e força”, sendo fundamental bem como a identidade, ocorrendo certa identificação do homem com o espaço que ocupa (ALMEIDA, 1989, p. 163). Tudo isso pode ser observado, em um trecho de uma entrevista feita com o presidente da AMPREQUA (Associação dos Moradores e



Produtores Remanescente de Quilombo do Ambé), o senhor Raimundo dos Prazeres Pereira (o mesmo ainda reside na localidade do Ambé).

Olha a comunidade surgiu há muitos anos, os velhos contam, que foi um senhor que chamava Manezinho do Ambé, é manezinho, que saiu daqui de Macapá e foi atrás pra ver se encontrava terreno, aí, aí ele foi indu, foi indu. E chegando lá subiu numa árvore, olhou e viu aquele lago muito bonito, e daí, foi até lá e se agradou. E aí foi chamando, chamando as pessoa e daí, criou o Ambé, e daí surgiu o nome de Ambé é porque era de um cipó, é um cipó Ambé, aí foi que surgiu a comunidade, porque tinha muito aqui, cipó forte que dava no curral, é porque primeiro tinha o Ambé de cima e o Ambé de baixo. O Ambé de cima era onde os antigos moravam e onde existe o cemitério, e ta lá ainda, o lugar das casas antigas e o cemitério. (Raimundo dos Prazeres Pereira, líder da comunidade, entrevista concedida, em julho de 2010.)

Sendo importante acrescentar, que a história de resistência da comunidade passa a ser um forte e valorizado argumento em que os mesmo utilizam nas discussões sobre regularização de suas terras baseado no uso comunal, como formas de “sobrevivências” que a impede que seja colocada no mercado e transacionada livremente. Como bem enfatiza Almeida (1989),

(...) Não autorizando formal de partilha ou mecanismos de fracionamento que permitam a indivíduos dispô-las às ações de compra e venda, aqueles sistemas de uso comum da terra são entendidos como imobilizando a terra, enquanto mercadoria no seu sentido pleno, e impedindo que se constitua num fator de produção livremente utilizado (Almeida, 1989, p.166).

Portanto o autor deixa subentendido à idéia de que a expansão capitalista necessariamente libera aquelas terras ao mercado e a apropriação individual, atentando para uma mudança radical nas estruturas que condicionam ao seu uso. Onde ressalta que a formação de um território étnico é indivisível, não podendo haver apropriação individual e exploração econômica.

O território é para este quilombo tido como espaço em que os mesmos ocupam, ganhando suma importância, na definição defendida por Haesbaert

Sem laços territoriais ou prescindindo cada vez mais de uma base geográfica concreta para nossas relações cotidianas, mergulharíamos num 'ciberspaço' onde dominariam as relações imateriais, como se tanto as relações socioeconômicas quanto os processos de identificação fossem agora fluidos ao ponto de não necessitarem mais do 'território', e como se este fosse unicamente formado por uma base concreta, material. Os grupos sociais podem

muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (HAESBAERT, 1999, p.171).

Figura 2: Paisagem de uma área de campo



Fonte: trabalho de campo

## 2.5 Dados socioeconômicos e culturais da comunidade.

**Habitação:** Pôde-se diagnosticar que a maioria das casas são pequenas e de madeira, com cobertura de telhas, pisos de madeira, e somente a minoria das casas possuem pisos de cerâmica ou cimento, e a maior parte das casas possuem banheiros externos, sem infra-estrutura alguma.

Figura 3: Vila de casas



Fonte: trabalho de campo

**Energia:** Todas as casas possuem energia elétrica por 24 horas.

**Saneamento e água:** A localidade conta uma caixa d'água da Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA que abastece somente algumas casas da vila, o restante da população utiliza o sistema de poço tubular que não possui tratamento. Somente 14 domicílios têm banheiros e 06 contam com lavatórios.

**Saúde:** A comunidade dispõe de um Posto de Saúde que funciona uma vez ao mês, ocasião que segue de ambulância uma equipe composta de um médico da família e dois enfermeiros, que realizam os procedimentos de atendimentos básicos aos moradores, e também às famílias que residem em outras localidades próximas. Em casos mais graves os doentes são conduzidos a capital. A comunidade conta com dois agentes de saúde, moradores da comunidade. Quanto ao número de doenças registrado, apenas um caso dengue e os casos mais comuns são de diarreia, gripe e febre, que ocorrem com muita frequência.

**Composição familiar:** Na localidade residem aproximadamente 49 famílias, das quais 37 estão localizadas na vila, e as demais estão próximas, totalizando uma

estimativa de 187 habitantes, incluindo adultos, crianças e idosos, onde se observa que a maior parte da comunidade é composta por adultos, pelo fato de crianças e adolescentes partirem cedo da comunidade em prol de uma melhor educação escolar, e também os idosos partem em busca de melhor assistência a saúde, retomando a comunidade geralmente aos fins de semanas e feriados ou em agosto quando se é comemorado a festa do padroeiro São Roque.

**Subsistência:** Apesar de todas as dificuldades, os moradores da comunidade do Ambé ainda sobrevivem da piscicultura e da agricultura de subsistência, com plantação de mandioca para a fabricação de farinha e para sustento próprio da comunidade. A principal fonte de renda provém da criação de búfalos e de suínos. Sendo importante acrescentar que ainda está em andamento um projeto para criação de galinhas, que ira favorecer algumas famílias da localidade.

**Escola e educação:** O Ambé conta com uma (1) escola estadual chamada Joaquim Manoel Jesus Picanço, que oferta o Ensino Fundamental e Médio. Tem em seu quadro funcional (6) seis professores: (4) quatro do Ensino Fundamental e (2) dois do Ensino Médio .

**Festividades culturais e religiosas:** A religiosidade na comunidade é um aspecto fundamental que preserva os laços de identidade e de solidariedade, onde existem duas igrejas, uma católica chamada São Roque, funcionando apenas uma vez a cada ano, cuja festividade é comemorada pelos moradores da região todo ano no dia 16 de agosto. As festividades são marcadas por estarem repletas de momento sagrados e profanos, como por exemplo, as novenas, batizados, crismas, procissão, marabaixo, corrida de cavalo, leilão e arraial. Há uma igreja evangélica que funciona regularmente, sendo freqüentada tanto por evangélicos quanto por católicos pelo fato de ser a única que funciona freqüentemente.

Figura 3: Igreja de São Roque ornamentada para o dia do festejo



Fonte: trabalho de campo

Antigamente na comunidade comemorava-se a festividade de três santos: São Roque, Santo Antonio e a Imaculada Conceição. Cada um dos santos possuía um determinado dono/protetor, espécie de guardião. Assim, Manoel Rosano era responsável por São Roque; Santo Antonio ficava a cargo de Manoel Lucas de Souza; e, Mariana Souza cuidava da Imaculada Conceição. Apenas São Roque foi escolhido como padroeiro da comunidade do Ambé tendo como principal responsável pela organização da festividade o senhor Manoel Rosano, dono do santo, que depois de vários anos festejando o dia de São Roque antes de sua morte passou a responsabilidade para suas três sobrinhas (Joaquina Borges de Souza Pereira, Minervina Corrêa de Souza e Tomazia de Souza Picanço). A partir disso o santo passou a residir na casa de dona Joaquina Borges por não haver ainda igreja na comunidade. A igreja de São Roque foi construída no ano de 1953, onde se celebrou a primeira missa campal. Atualmente na comunidade, a cada ano, a um morador cabe a tarefa de ser o grande festeiro. Ou seja, o principal organizador da festividade, se oferecendo para a grande missão, como forma de agradecimento por promessas alcançadas ou devoção ao santo padroeiro da comunidade, onde a todos cabe a tarefa de colaborar.

Vale ressaltar que no ano passado, em virtude de se estar fazendo o trabalho sobre a comunidade pôde-se ter o privilégio, ou melhor, dizendo, a honra de participar de uma das maiores e melhores festividades existentes na comunidade, sendo comemorado com muito louvor, alegria e agradecimentos ao Santo padroeiro da comunidade, São Roque.

A festividade começou a ser realizada na manhã do dia 16 de agosto de 2010, mais precisamente às 8 horas lhes era ofertado um grande café da manhã na comunidade, por meio da colaboração de todos. Às 9 horas a grande missa de louvor ao santo. Às 12 horas um bonito e saboroso almoço feito à lenha pelos moradores foi servido. Às 14 horas realizou-se um grande leilão, tendo como objetos doados por moradores da própria comunidade que também prestigiavam e disputavam os objetos, dando lances cada vez mais altos em prol ao santo padroeiro. Às 16 horas da tarde se prosseguiu a festividade com uma grande procissão por toda comunidade, com direito a corrida de cavalos, muitos fogos de artifícios, cânticos e preces. Assim encerrou a festividade neste dia, com muita alegria com distribuição de doces e guloseimas ao povo da comunidade.

É interessante ressaltar que essa festividade comemorada é tão antiga que a senhora Joaquina Borges desde seus 15 anos já comemorava a festa de São Roque. Comemorava com muito dança, vindo a falecer no dia 12 de dezembro de 1975. Portanto, compreende-se que este grupo não vive somente do passado e sim reelabora sua cultura tradicional de acordo com seus costumes.

**Organização comunitária:** A comunidade remanescente de quilombo dispõe de duas associações: a Associação dos Moradores e Produtores Remanescente de Quilombo do Ambé – ANPREQUA e a Associação dos Moradores do Ambé – AMAM.

No capítulo seguinte serão analisados os principais conflitos territoriais decorrentes do processo de apropriação e uso do território analisado, conforme os papéis, situações, ações e as visões de mundo de cada um dos atores sociais presente no território.

### **CAPÍTULO III - CONFLITOS TERRITORIAIS DECORRENTES DO PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE DO AMBÉ**

Este capítulo se dispõe a descrever os conflitos territoriais existentes na comunidade do Ambé enfatizando o processo de negociação e discussão entre os moradores e outros indivíduos envolvidos no processo de demarcação do quilombo. Este trabalho procurou enfatizar sua história, na contemporaneidade, para que se pudesse valorizar a legitimidade de seus direitos, juntamente com a pertinência de suas reivindicações.

Se observou no decorrer de toda a trajetória de luta, resistência e opressão, desde os tempos do Brasil colônia, toda a pauta de um processo de discussão sobre os conflitos pela posse da terra envolvendo comunidades remanescentes de quilombo, do qual se refere o objeto de estudo mencionado, que conseqüentemente se deu a partir da disputa pela apropriação indevida do território.

É relevante se comentar toda a ocupação histórica da Amazônia, pelo fato de a agricultura crioula e as terras de preto continuarem existindo na estrutura agrária amazônica, e, mesmo com pequenas transformações, seus métodos ainda permanece no cotidiano desses quilombolas que lutam para não perderem seu espaço e identidade territorial.

Portanto, este conflito se deu na comunidade do Ambé, em detrimento da disputa pela delimitação do espaço e principalmente a partir de atores privados (empresários e políticos), que se pronunciam donos desses terrenos, que se apossaram indevidamente do local, ou foram adquiridos por meio de compra, e não querem abandonar a área, por esse motivo são contra delimitação e titulação do quilombo, dotados de possibilidades e objetivos diferenciados, medindo forças entre a imposição de novas condicionalidades.

#### **3.1 Conflito pela definição territorial do quilombo**

A princípio o primeiro conflito averiguado na comunidade está embasado no relacionamento entre dois irmãos, chamados Raimundo dos Prazeres Pereira

presidente da AMPREQUA e Manuel da Silva Pereira presidente da AMAM. Em que tais circunstâncias, levaram a divisão da comunidade em duas associações existentes, o que acabou por tornar esse processo conflitivo e favorável à disputa de poder entre as associações e conseqüentemente pela demora das ações do Estado, que durante esse período veio a contribuir para acirrar “diferenças”, tensões e conflitos. Demarcaram-se, assim, os interesses diferenciados entre os próprios membros da comunidade: aqueles que queriam a demarcação e titulação das terras para uso comunal e aqueles que possuem terras tituladas e não pretendem agregá-las ao conjunto de terras a serem demarcadas à comunidade.

Deste modo a principal questão estava relacionada com o fato de a comunidade ser ou não titulada e certificada como quilombo. Segundo alguns moradores, a comunidade se encontrava meio dividida, pois, a maioria dos residentes concordava com o senhor Raimundo Pereira, que atende pelo apelido de “mundinho” que é a favor de o AMBÉ ser reconhecido como quilombo. Já por outro lado, uma minoria representada por um pouco mais de 10(dez) pessoas, totalizando uma ou duas famílias da comunidade eram contra, concordando assim com seu irmão Manuel Pereira, o qual questionava sua autoridade. Segundo o Sr. Raimundo Pereira, seu irmão se colocava contra o reconhecimento da comunidade como quilombo pelo fato de apoiar os grandes empresários, dos quais mantém ocupado parte das terras pertencentes à comunidade, onde tal reconhecimento levaria a perda dessas terras por parte dos empresários.

Tal confronto se deu a partir do momento em que o senhor Raimundo Pereira passou a questionar a legitimidade da associação do irmão, o senhor Manuel Pereira, o qual se mantinha presidente e criador da associação dos moradores do AMBÉ, associação esta que se encontrava irregular, segundo relatam alguns moradores da localidade. O senhor Raimundo Pereira, tomou a iniciativa de ir ao Ministério Público com intuito de se informar sobre os mecanismos necessários para regularizar uma nova associação. Tendo como primeiro passo: identificação dos moradores da localidade como quilombola; ser registrada; está inserida a palavra quilombo no nome da associação, ficando assim definida e registrada como: Associação dos Moradores e Produtores Remanescente de Quilombo do AMBÉ, tendo como presidente o senhor Raimundo Pereira.

A partir daí começava-se o embate entre as duas associações, pelo controle do território na comunidade do AMBÉ. O senhor Manuel Pereira presidente da



AMAM passava a interferir no desenvolvimento da AMPREQUA, sempre solicitando documentos, contrariando os pedidos de alguns recursos requeridos pelo senhor Raimundo Pereira em prol da comunidade, alegando assim por meios de ofícios que a comunidade não dependia de tal recurso. Conforme se pode comprovar na fala de um antigo morador da localidade, de um fato ocorrido, o senhor José de Souza Pereira:

Fizeram uma reunião aqui dentro da comunidade, no dia 5 de maio pra saber se a comunidade queria ou não se tornar quilombo, porque nos já tínhamos pedido o reconhecimento da ANPREQUA, a nossa associação, e já estava em andamento, então um dia solicitamos um pedido de recurso pra festa da comunidade, e ele através da AMAM, fez um outro documento, dizendo que a comunidade não aceitava e não dependia desse recurso, aí na reunião, no dia da reunião, estavam do lado dele alguns moradores da comunidade e os empresários, aí no meio da reunião, ele pulou de lá, e disse que a comunidade não aceitava o reconhecimento como quilombo, aí a comunidade se revoltou, aí gritaram de lá, quem disse que a comunidade não aceita, aí foi um para pra acertar, aí ele pegou arriou o carro dele e foi embora junto com os empresários, aí tinha uma antropóloga lá que acompanhou todo o caso, aí, ele depois disso, ele se quietou, agora a gente já trabalha mais tranqüilo (Depoimento do Sr. Pereira, 2010).

Neste sentido, pode-se dizer que as tensões internas verificadas, transcendem os limites de uma disputa familiar pelo controle do território, afetando a comunidade como um todo, onde determinadas diferenças se contrapõe a outras, “afirmando seus direitos alienáveis” (ALMEIDA, 1989, p.189).

### **3.2 Conflito pela demarcação do território quilombola**

A lentidão no processo de demarcação a ser feito pelo INCRA tem possibilitado a apropriação indevida de parte das terras da comunidade do Ambé. Mediante a esta situação, o Ministério Público Federal no Amapá – MPF/AP ajuizou uma Ação Civil Pública contra o INCRA, tendo em vista a morosidade da autarquia federal em regularizar a demarcação das áreas remanescentes de quilombo da comunidade do Ambé.

Com a demora no processo de demarcação de posse dessas terras, acabou por possibilitar a apropriação indevida de parte da área por João Melo Picanço que cercou terras pertencentes aos remanescentes de quilombo, intimidando os moradores da localidade com o uso de armas de fogo, alegando esta dentro do limite de suas terras, impossibilitando os moradores de utilizar o lago que passa por dentro da comunidade. O que se pode ser comprovado através de um trecho de uma entrevista, feita com o líder da comunidade o Sr. Raimundo dos Prazeres Pereira.

Tivemos já varias perturbações, agora recentemente queriam cercar de novo, nos prejudicar, mas resolvemos comunicar as autoridades, teve um caso, que o pai do Joel, o João Melo Picanço, cercou a área do lago que chamamos de Mutuca e parte da vargem, que fica na beira do rio, e ele alegava que era dele, é que pertencia a ele, aí fomos ao Ministério Público, inclusive tínhamos advogado e tudo, pra ver como nossos direitos tão sendo adquiridos, ela veio, verificou direitinho, fomos no Ministério Público, demos entrada, e ela é uma pessoa que foi a locos, foi lá, ver eles com armas, motosserras, é eles tavam armados, lá nós perdemos 13 animais, foi um problema muito sério, queriam tomar nossas terras, mas graças a Deus, somos uma família, que não somos violento, sempre procuramos fazer as coisas tudo direitinho. (Entrevista com SR. Pereira, 2010).

A ação do MPF/AP tem como objetivo garantir os direitos da comunidade do Ambé que tem sua posse assegurada pelo artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 que sofriam naquele momento, sérias ameaças ao presenciarem parte de seu território étnico cultural, ser invadido por demarcações ilegais na região.

Assim a demora no processo de titulação das terras da comunidade remanescente de quilombo do Ambé por parte do INCRA, que foi omissa em diversas ocasiões, acabou por agravar a situação vivenciada por estas famílias. Segundo o INCRA, a omissão se deu em função da falta de antropólogo em sua superintendência.

Apuradas as informações a respeito dos fatos, constatou-se a existência de uma sobreposição de áreas, pois a área denominada de São Roque do Ambé (ocupada pela comunidade remanescente de quilombos – processo de regularização fundiária n. 54350.000236/90-61, que possui o mesmo objeto do processo n. 54350.001368/2005-67) encontra-se aparentemente sobreposta à área denominada retiro Santa Barbara (ocupada por João Melo Picanço – processo de regularização

fundiária n. 21400.002163/95-00). Portanto considerando o artigo 15 do decreto n. 4887/2003, cabe ao INCRA, garantir a defesa dos interesses dos remanescentes de quilombo nas questões surgidas em decorrência da titulação da terra durante o processo de titulação.

Após a real verificação do local, e ouvidas ambas as partes, o Ministério Público requereu em caráter de urgência a retirada das cercas instaladas por João Melo Picanço, com a devida desocupação da área, sob pena de multa diária no valor de mil reais. É importante frisar que o INCRA, em ocasião anterior, em juízo, já se manifestava favorável a retirada das cercas.

No mês de agosto de 2008, o MPF/AP recomendou à Superintendência do INCRA no estado, que priorizasse a conclusão do processo de regularização fundiária, que tem a finalidade de proporcionar a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas pela comunidade quilombola do Ambé, o que não veio a ocorrer.

Vale ressaltar, que o processo de reconhecimento de remanescente de quilombo ainda está em andamento, porém já certificada, mas ainda não titulada, o que se pode ser comprovado, através da certidão de auto-reconhecimento que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescente das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias, da constituição federal de 1988.

Portanto, no dia 01 de março de 2004, a comunidade do Ambé recebeu da Fundação Cultural Palmares a Certidão de Auto-Reconhecimento onde declara como terra de Remanescentes das Comunidades Quilombolas, registrado no Livro de Cadastro Geral n. 006, Registro n. 582, fl. 92. Sem dúvida, pode-se dizer que é o primeiro passo para o reconhecimento e resgate da cultura negra. É nesse contexto que a comunidade se situa nos dias de hoje como remanescente quilombola. Apesar de poder ser classificada desse jeito a territorialidade ainda não é de fato concretizada.

### 3.3 Falta de planejamento e fiscalização do quilombo Ambé

Esse conflito é motivado pelas falhas no sistema de gestão pública, provocado pela ausência de planejamento por parte dos órgãos responsáveis, além disso, as ações da PMM são quase que completamente ausentes na comunidade remanescente de quilombo. Desta forma, se torna visível a falta de acesso a serviços básicos de infra-estrutura, saneamento e saúde. Em relação a esta questão, o senhor Raimundo dos Prazeres pereira, líder da comunidade desabafa:

Nós não temos vaso sanitário em todas as casas, é não são todas as casas que possuem vaso sanitário, a água aqui tem, mas ela não é tratada, a caixa de água que tem aqui na comunidade é muito antiga, nós precisamos que as autoridades mandem limpar aqui a nossa comunidade, porque isso é muito ruim para os animais, que muitas vezes acabam comendo plásticos, e isso não faz bem pra eles, precisamos também que as ruas que dão acesso a comunidade sejam aterradas, é aterradas, porque no inverno aqui tem muitos carros que ficam atolados aqui, foram algumas vezes só que a prefeitura mandou limpar aqui a comunidade. (Entrevista concedida em julho de 2010).

Na comunidade não existe coleta de lixo, de acordo com os moradores seria importante que houvesse coleta de lixo, pelo menos duas vezes a cada semana de maneira a garantir a saúde e a organização do lugar onde se habita. Também reivindicam por reforma do Posto de Saúde, questionam a ausência de médicos e enfermeiros, juntamente com a falta de segurança pública no local, ou seja, lutam pela inclusão de um posto policial na comunidade, além de projetos e programas voltados para os jovens, tais como cursos de capacitação e programas de incentivo a agricultura familiar para toda a população local.

Percebe-se na comunidade o uso comunal do território como uma característica marcante. As terras são concebidas como pertencentes ao grupo que as explora segundo regras consensuais próprias, tomando por base laços de parentesco e/ou vizinhança em uma relação de solidariedade onde viveram seus antepassados a procura de solo fértil para plantar e dali tirar seu sustento (ALMEIDA, 1989).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, considero os resultados da pesquisa como parciais, já que não se pretendeu dar conta de toda a complexidade do objeto em estudo, mas sim, de trazer à discussão, todas as dificuldades e problemas enfrentados por essa comunidade, tais como os conflitos territoriais em torno do reconhecimento quilombola, problemas estes enfrentados por tantas outras comunidades, sendo que se pôde constatar que a comunidade negra do Ambé, além de ainda desenvolver sua agricultura e tradição crioula em suas “terras de preto”, possuem laços de territorialidade bastante forte, para combater, ou seja, lutar contra as pressões e invasões externas.

Onde se observam que estes lutam não apenas por sua permanência na terra, mas pelo uso desta, além dos investimentos em saúde, educação, infraestrutura do local e geração de renda que tem se dado de forma bastante limitada nessa comunidade. Mas por outro lado, este quilombo se destaca por ser, ainda, um local que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante, pouco degradada.

Desta forma, a principal questão verificada na comunidade e apontada pelos moradores é a reivindicação da titulação de suas terras, porém já certificada, mas ainda não titulada. Contudo se percebe que a história do quilombo durante muitos anos se fez e ainda se faz do uso comunal do território, tomando por base laços de parentesco e vizinhança, que é ainda bastante forte (ALMEIDA, 1989).

Por conseguinte se pode observa que o conflito dentro da comunidade, se dá em decorrência da venda de alguns terrenos, hoje ocupados por grandes empresários, deputados do estado, ou seja, pessoas com alto poder aquisitivo, terrenos estes vendidos por moradores da localidade. Esse foi um dos fatores que provocou a expropriação de suas terras, hoje sob domínios de terceiros que possuem, inclusive títulos de posses definitivos e que lutam por sua permanência no território quilombola.

Na verdade, se notou três tipos de conflitos existentes dentro do quilombo: a invasão por pessoas que vem de fora e se instalam no território pertencente à comunidade, proibindo os moradores de desfrutar dos próprios subsídios que o

espaço oferece; aquele povo que é a favor da titulação, mas também existe uma minoria com domínio financeiro, que é contra, trazendo assim o conflito para dentro da comunidade, por não quererem abandonar o local; e o conflito por reivindicação ao órgão competente por melhorias e recursos em prol do quilombo do Ambé.

Assim o principal argumento de legitimação da identidade étnica quilombola da comunidade, é a existência de um território conquistado no passado e perpetuado ao longo do tempo pelas sucessivas gerações de famílias, ligadas pela consangüinidade e pela preservação de seus hábitos culturais no mesmo local vivido por seus antepassados.

Neste sentido, chega-se a conclusão que o termo remanescente, aderido à noção de quilombo, deixa em aberto uma discussão sobre quais são os critérios a serem considerados ao se estabelecer quem é remanescente ou não, se procurando defender uma concepção antropológica, de acordo com o artigo 68 do ato das disposições constitucionais transitórias da constituição federal de 1988, que é considerada um marco em termos da conquista de direitos sociais e da construção da cidadania em nosso país, dispondo que, “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos”. Norma esta que define e garante seus direitos fundamentais. Portanto de acordo com o presidente da associação dos moradores e produtores remanescente de quilombo do Ambé, caso ocorra à titulação será possível a implementação de projetos voltados para sustentabilidade e infra-estrutura da comunidade.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna. **Negro dos Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. 2. ed. Belém: CEJUP/UFPA-NAEA, 1998.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Prosperidade e estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In: In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.) **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999. p. 33-62.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna e HÉBETTE, Jean (org.). **Na Trilha dos Grandes Projetos: Modernização e Conflito na Amazônia**, Belém: Ufpa, 1989. (Cadernos NAEA, nº. 10).

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA – UFAM, 2006.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. Tipos de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Como elaborar monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996. cap. 4, p. 101-110.

ANDRADE, Correia. M. de. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec. 1995.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991..

BRASIL. **Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: nov. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: out. 2010.

CLAUSEWITZ, Von. Conflito laboral. **Enciclopédia e Dicionários Porto Editora**. Porto: Porto Editora, 2003-2010. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$conflito-laboral](http://www.infopedia.pt/$conflito-laboral)>. Acesso em: jun. 2010.

FILHO, Edinaldo Pinheiro Nunes. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição e análise do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto e RODRIGUES, Randolfe (Org.). **Amazônia, Amapá escritos de historia**. Belém: Paka – Tatu, 2009. p. 211- 234

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guina Brasileira. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999. p. 225-318.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

MANÇANO, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14-34. 2005.

Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Amapá. **Recomendação**. Processo de Regularização Fundiária n. 54350.000236/90-61. Macapá, 2008. Disponível em: <[www.prap.mpf.gov.br/noticias/pdf/Recomendacao\\_IN CRA\\_2008.pdf](http://www.prap.mpf.gov.br/noticias/pdf/Recomendacao_IN CRA_2008.pdf)>. Acesso em: jul. 2010.

MORAES, Cleodir da Conceição. Gabriel José Quaresma: mulato, escravo e vaqueiro. In: NEVES, Fernando Artur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto Lima (Org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

MORAES, Paulo Dias; MORAIS, Jurandir Dias. **O Amapá em perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica**. Macapá: Valcan, 2000.



MORAES, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivaneide S. **Amapá: de Capitania a Território**. Macapá: Valcan, 1999

MOURA, Clovis. **Quilombos resistência ao escravismo**. 3. ed. São Paulo: editora Ática, 1993..

\_\_\_\_\_. **Rebelião da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. Boletim informativo nuer/ núcleo de estudos sobre identidades e relações inter étnicas-v.2, n- Florianópolis, nuer ufsc, 2005. Alfredo Wagner Berno de Almeida

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Olho d água, 2003.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. História mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (Org.) **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Editora Universitária UFPA, 1999. p. 319-347.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAES, Décio. **A Formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**, território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, FERNANDO R. **História do Amapá**. Macapá: Imprensa oficial, 1994.

SUNDFELD, Carlos Ari. (org). **Comunidades Quilombolas: Direito à Terra** (Artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.

# ANEXOS

